

NARJARA WOTEKOSKI

**ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS
SOCIAIS DO PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO LULA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito para
obtenção de grau de Bacharel em
Ciências Econômicas à Universidade
Federal do Paraná, sob orientação do
Professor Emerson L. S. Laskio.

**CURITIBA
DEZEMBRO/2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

NARJARA WOTEKOSKI


**ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DAS
POLÍTICAS SOCIAIS DO PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO
LULA**

**Monografia aprovada como requisito a obtenção do grau de Bacharel
no Curso de graduação de Ciências Econômicas, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.**

Orientador:


Prof. Emerson Leonardo Iaskio Schmidt
Departamento de Ciências Econômicas


Prof Dayane Cris de Aquino
Departamento de Ciências Econômicas


Prof. Dr. Evânio do Nascimento Felipe
Departamento de Ciências Econômicas

AGRADECIMENTOS

Desde o berço meus pais me ensinaram muito. A mais importante delas é saber reconhecer às pessoas pelo que elas nos oferecem. Nesse momento tenho muitas pessoas a quem devo meus sinceros agradecimentos, pessoas que estiveram ao meu lado nos momentos em que mais precisei, apoiando, corrigindo e aconselhando.

Primeiramente, aos meus Pais, Afonso e Clarinda, que me ensinaram que sem amor, honestidade, perseverança e respeito ao próximo não podemos chegar a lugar algum.

Minha irmã, Juciara, com quem divido todo o mau humor e todas as risadas ao fim do dia. É a ela também que eu devo as noites em que fiquei com a luz acesa atrapalhando seu sono de anjinho.

Aos amigos presentes durante toda a faculdade, que dividiram comigo a ansiedade das provas, o lanche na cantina, o cansaço dos trabalhos e até as divergências da convivência. Eles fazem parte da minha vida por escolha, pessoas que escolhi com muito carinho para dividir meus dias. Em especial a Susiane Rolim, a quem devo a calma e paciência nas horas mais trágicas.

Aos meus amigos da DPF, que são inúmeros, e nesse ano repleto de adversidades me ensinaram que os quilômetros de distância não impedem os verdadeiros amigos de confortar e colaborar conosco.

Aos mestres com quem convivi. Alguns em especial auxiliaram meu caminho me ensinando não só a arte da economia, mas também vão ser em meu coração exemplo de profissionalismo. Inúmeras vezes não recebem o devido valor, por tanta dedicação dispensada ao futuro.

Ao Daniel, por seu carinho, amor e paciência. Que através dos dias me ajudou a enxergar uma luz ao fim de tudo.

Ao meu orientador Emerson Leonardo, que me auxiliou durante esse trabalho e soube entender as dificuldades que tive que contornar para chegar até aqui. Sempre presente, me incentivou e me trouxe até aqui. A ele, não tenho palavras para expressar tudo que merece.

*“A História da
Humanidade é a História
da Luta de Classes”.*

Karl Marx

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	3
1 ESTADO	5
1.1 CONCEITOS DE ESTADO	5
1.2 O PAPEL DO ESTADO NA VISÃO MAXISTA	6
2 AS CLASSES SOCIAIS	8
2.1 O ESTADO E SEU PAPEL NO BRASIL	11
3 O GOVERNO 2003-2006 E SUAS EXPECTATIVAS POLÍTICAS ...	14
4 CLASSES SOCIAIS NO BRASIL – EVOLUÇÃO 2003/2006.....	16
5 RESULTADOS GERAIS.....	19
6 CONCLUSÃO.....	21
REFERÊNCIAS	22
ANEXO I	24
ANEXO II	29
ANEXO III	31
ANEXO IV	34

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - RENDIMENTO DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE NO BRASIL - 2002/2006.....	16
TABELA 2 – ÍNDICE DE GINI PARA O BRASIL – 2002/2006.....	17
TABELA 3 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES – 2002	24
TABELA 4 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES – 2003	25
TABELA 5 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES. 2004	26
TABELA 6 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES. 2005	27
TABELA 7 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES – 2006	28

I INTRODUÇÃO

Segundo Claus Offe, em um texto escrito em 1983, publicado no Brasil no ano seguinte, no século XIX, tanto os marxistas, quanto os liberais, como Tocqueville e Mill, acreditavam que seria impossível a coexistência pacífica entre capitalismo e democracia (esta, entendida como sufrágio universal). O argumento para esse “temor” (para os liberais) ou para essa “esperança” (para os marxistas) era que, uma vez que existem mais pobres que ricos, os representantes da classe explorada iriam tomar o poder e governar para a sua classe. (OFFE, 1984, p. 356).

O autor cita dois elementos “conciliadores” que tornou possível a coexistência de democracia e capitalismo na maior parte do século XX; esses dois elementos são a competição partidária de massas e o welfare state keynesiano.

No Brasil, em 2002, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, metalúrgico por profissão oficial, foi eleito sob o temor de alguns, onde os mercados foram atingidos prejudicando seu bom andamento: “O ‘Risco Brasil’, as oscilações da Bolsa de Valores e a subida do dólar se transformaram nas grandes preocupações da mídia e provocaram declarações dos diferentes candidatos. A associação entre instabilidade econômica e política com a candidatura de Lula foi imediata, estampada nas capas das revistas semanais e jornais, gerando o medo..” (Chaia, in Rubim, 2002, p. 40) e a esperança de outros:

“Nós vamos convocar toda a sociedade brasileira, todos os homens e mulheres de bem deste país, todos os empresários, todos os sindicalistas, todos os intelectuais, todos os trabalhadores rurais, toda a sociedade brasileira, enfim, para que a gente possa construir um país mais justo, mais fraterno e mais solidário”. (LULA, 2002).

No entanto, a política econômica do governo se manteve praticamente a mesma do mandato anterior, como no mostra Novelli (2008, p. 01):

“Além disso, após a vitória eleitoral, o afastamento dos principais expoentes do pensamento econômico do PT da equipe de transição de governo e, posteriormente, da própria equipe econômica do novo governo, selou a sorte do governo Lula, pois significaram – naquele momento – a manutenção, no núcleo duro da condução da política macroeconômica, com a diferença da maior ênfase nos programas sociais.”

O objetivo do presente trabalho é analisar, sob a ótica marxista, a evolução das classes sociais no primeiro mandato do governo Lula. Sendo assim, tentaremos responder à questão: o governo Lula, em seu primeiro mandato, foi um governo de classes?

Para tentar responder a essa questão, faremos no segundo capítulo do presente trabalho uma interpretação do Estado, falando sobre as classes sociais e o Estado no Brasil, enfatizando, neste último que o Estado brasileiro foi essencialmente um Estado de Welfare State, como diz Claus Offe.

A teoria marxista foi usada como base para todo o trabalho, pois por se tratar de um governo de oposição e com seu governante de origem proletária, fazia-se necessária uma avaliação marxista.

Finalmente concluímos que o Governo Lula 2003/2006 não representa um governo de classes, pois teve representatividade em todas as classes sociais, de maneira a não privilegiar nenhuma camada social de maneira disforme.

1 ESTADO

Apresentaremos, em uma primeira parte, uma conceituação de Estado em diversos autores envolvidos na teoria da Economia Política. Em uma segunda parte deste capítulo descreveremos como se forma a teoria de Estado no pensamento Marxista.

1.1 CONCEITOS DE ESTADO

A conceituação histórica de Estado, aqui utilizada, foi feita através de um apanhado de autores como Maquiavel, Hobbes, John Locke, Montesquieu e Rousseau.

Para Hobbes o Estado se dá através de um “contrato” que estabelece regras de convívio social e de subordinação política dos indivíduos, caso contrário os homens viveriam sem organização e sem escalas de poder. “... uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para Já para Locke o Estado surge com a função de proteger o direito de propriedade dos cidadãos, seja ela o direito à liberdade, aos bens ou a vida. Deste modo os homens se uniriam em um corpo político único, formando leis e tendo a força concentrada na comunidade. “Os que estão unidos em um corpo, tendo lei comum estabelecida e judicatura para a qual apelar, com autoridade para decidir controvérsias e punir os ofensores, estão em sociedade civil uns com os outros” (LOCKE citado por WEFFORT, 2000, pg. 96).

Rousseau acreditava que para que os homens se conservassem e se protegessem eles se uniam formando um conjunto de forças com o objetivo de conservar a igualdade e a liberdade e o Estado deveria existir para conservar o bem comum e a vontade geral, formando corpo político. (WEFFORT, 2000).

Para Maquiavel o Estado deve olhar para a realidade da maneira como ela se apresenta a nós. Também é dele que parte a idéia de que o Estado precisa passar por momentos de caos e estabilidade, porém sem perder a ordem perante a nação. Essa ordem estabelecida pelo Estado é importante politicamente, segundo Maquiavel, para evitar conflitos ou o Estado de guerra, mas não pode ser definitiva, pois é através da desordem que se desenvolve a sociedade: “a guerra é justa

quando necessária, e santa as armas quando não se tem esperança de mais nada". (MAQUIAVEL, 2008, pg. 238).

Desta forma Maquiavel mostra o Estado como interventor para estabelecer o poder e a ordem na sociedade seja pela força ou através da aceitação das massas dominadas.

Seja como um contrato de regras de convívio social, seja como um protetor do direito de propriedade dos cidadãos, seja para conservar o bem comum e a vontade geral, seja para evitar conflitos, tanto Hobbes, como Locke, Rousseau e Maquiavel concordaram em afirmar que o Estado existe como um elemento mediador entre os indivíduos. Sendo a sociedade formada por indivíduos com diferentes interesses, o Estado, para esses autores, surge para promover uma relativa "paz", evitando que esses indivíduos recorram a artifícios beligerantes a cada situação de conflito.

Não é, no entanto, a mesma visão que possui Marx do Estado, o que mereceu um tópico especial para tratar sua visão específica desse elemento mediador¹.

1.2 O PAPEL DO ESTADO NA VISÃO MARXISTA

Para o pensamento marxista, a visão de Estado nos traz um conceito mais ligado às classes e às relações de produção, "O Estado detém, portanto, um papel decisivo nas relações de produção e na luta de classes, já estando presente em sua constituição e, assim, em sua reprodução." (POULANTZAS, 1973, pg. 86).

O manifesto Comunista parece ser o texto em que Marx e Engels parecem ser mais enfáticos quanto à sua noção de Estado, quando afirmam que "O moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa". (MARX E ENGELS, 1997)

Ao contrário de Hobbes, Locke, Rousseau e Maquiavel, para Marx e Engels, então, o Estado não está encarregado de representar o interesse geral da sociedade, mas ao contrário, representar o interesse da classe mais forte. Ele surge, portanto, como um instrumento de dominação.

Engels dá ainda mais ênfase a essa questão:

¹ A palavra *mediador*, aqui, é utilizada apenas para comparar a visão que possui Marx do Estado com a que os outros autores citados possuem. Como se verá na seção a seguir, o Estado, para Marx, é um instrumento a favor da classe exploradora.

“Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.” (ENGELS, 2000)

Dessa forma, tem-se a noção clássica marxista, de que o Estado só existe porque existem classes. Segundo Engels, ainda, uma vez que as classes não existam mais, não será mais necessária a existência do Estado:

“Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade. Estamos agora nos aproximando, com rapidez, de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas até se converteu num obstáculo à produção mesma. As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze.” (ENGELS, 2000, p. 62)

Nessa passagem, Engels chega a ser determinista com relação ao fim inevitável do Estado, e sua estrita relação com a existência das classes e, necessariamente, uma classe dominando a outra.

Assim, o Estado aparece, segundo a literatura marxista, como “essencialmente a instituição pela qual uma classe dominante e exploradora impõe ou defende seus privilégios contra uma classe ou classes que domina ou explora”. (MILIBAND, 1983, p. 136).

O que difere a noção marxista de Estado dos outros autores citados anteriormente, é a substituição dos “indivíduos”, em Hobbes, Locke, Rousseau e Maquiavel, pelas “classes” em Marx e Engels. No entanto, apesar dessa diferença, todos afirmam a presença do “elemento mediador” do conflito entre “indivíduos” ou “classes”. O capítulo a seguir é dedicado a discutir as classes sociais.

2 AS CLASSES SOCIAIS

As classes sociais têm sido objeto de estudo durante as décadas, pois dela parte a história da sociedade como a conhecemos, com suas disputas, conflitos e desenvolvimento. Estando, na literatura marxista, as classes sociais intimamente ligadas ao Estado e, a existência deste último ligado à existência daquelas, faz-se necessário um apanhado geral sobre a noção de classes, para que mais tarde possamos avaliar a evolução das classes sociais no Brasil.

As classes sociais, para a teoria marxista, são grupos de agentes sociais definidos pelo seu lugar no seu processo de produção, na esfera econômica. (POULANTZAS 1973, p. 95). Para Marx, devemos considerar as desigualdades sociais como produto de um conjunto de relações pautado na propriedade como um fato jurídico, e também político. O poder de dominação é que dá origem a essas desigualdades, que são a origem da divisão dos homens em classes sociais. (POULANTZAS, 1973, pg. 96).

O desenvolvimento das classes sociais leva consigo o desenvolvimento da economia, como nos diz Marx & Engels:

“...na mesma medida em que a burguesia – isto é, o capital – se desenvolve, também o proletariado se desenvolve. A classe trabalhadora moderna, desenvolve-se: uma classe de trabalhadores, que vive somente enquanto encontra trabalho e que só encontra trabalho enquanto seu labor aumenta o capital.” (MARX & ENGELS, 1997)

Assim, conceituamos a importância das classes sociais no estudo econômico.

A classe social, na esfera econômica é dada pelo processo produtivo, podendo ser dividida em função dos rendimentos gerando assim uma distinção entre “ricos” e “pobres” gerada em função dos diferentes rendimentos dos indivíduos, como nos mostra POULANTZAS (1973).

Esses diferentes rendimentos atuam dentro do lugar econômico, que vai desempenhar um papel principal para a determinação das classes sociais. (idem).

Os primeiros pensamentos marxistas traziam a divisão de classes em classe explorada, classe operária, e classe exploradora, classe burguesa: “... cada modo de produção comporta duas classes: a classe exploradora, política e ideologicamente dominante, e a classe explorada, política e ideologicamente dominada...”, (idem, p. 102).

Ou de outra maneira, em um modo de produção capitalista puro, as Classes serão somente duas: os proprietários dos meios de produção, burguesia, e o proletariado, que vende sua força de trabalho.

Marx chama de formação social a presença de várias formas de produção em uma mesma sociedade, advém daí, o fato de que a teoria marxista, às vezes, fale de pluralidade de classes, fracionando-as em, por exemplo, burguesia financeira, comercial, industrial, proletariado, sub-proletariado, camponeses, independentes, etc. A existência de classes antagônicas é importante, pois uma não sobrevive sem a outra: "... as Classes constituem por isso um sistema de relações em que cada Classe pressupõe a existência da outra, ou de outras; não podendo haver burguesia sem proletariado ou vice-versa".(CAVALLI, 2001, p. 171).

A posição que se encontram as Classes antagônicas faz com que os objetivos de uma classe se oponha aos objetivos da outra, Cavalli (2001, p. 172)

"...no caso genuíno do modo de produção capitalista, isso significa que, o que redunde em vantagem da burguesia, redunde em desvantagem do proletariado, isto é, que o lucro é senão parte do produto subtraídos dos produtores diretos, algo que falta no envelope de pagamento dos operários. Esta é a base econômica do antagonismo dos interesses de Classe."

Ainda assim uma Classe só será formada definitivamente quando, em conjunto, tomam consciência de sua própria Classe e objetivos, quanto da existência de outras Classes e objetivos. Para Cavalli (2001, p. 172), "Os indivíduos só formam uma Classe quando estão comprometidos na luta comum contra outra Classe.", desse modo as classes serão situadas em um nível político da vida social, reconhecendo, em comunidade seus interesse, chamados de "identidade de interesses".

Apesar dos conceitos de Marx serem muito utilizados por vários teóricos, houve diversificações e a mais importante delas advém de Weber. Ele parte de um conceito econômico: "segundo tal definição, fazem parte de uma Classe todos aqueles que possuem a mesma situação em relação ao mercado..." (CAVALLI, 2001 p. 173).

Sendo assim, não se pode falar de Classes senão nas sociedades que desenvolveram formas de economia de mercado. Assim, as Classes não se baseiam apenas na divisão do trabalho, mas também na existência da concorrência de

mercado: “O custo do dinheiro, o preço do trigo, e o salário,..., são os elementos que definem os termos de luta de Classes”.(CAVALLI, 2001, p. 173).

“Classes são agrupamentos que emergem da estrutura de desigualdades sociais numa sociedade que reconhece que todos os homens, ou melhor, todos os cidadãos, são formalmente iguais perante a lei”.(CAVALLI, 2001, p. 170).

Seria necessário, na citação acima, grifar a parte “formalmente iguais perante a lei”. Isso porque, como vimos, há sempre uma classe exploradora e uma classe explorada. Aliás, no prefácio de Contribuição à crítica da economia política, texto que, segundo Aron (2002, p. 199), é o mais célebre de todos que Marx escreveu, o autor do Manifesto comunista resume o que pensa sobre as classes e sua história:

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre, que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização. A grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a

última forma antagônica do processo social de produção, antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana. (MARX, 2007).

Segundo Aron (2002, p. 201), embora nessa citação não encontremos nem o conceito de classes e nem o de luta de classes explicitamente, é fácil reintroduzi-los nesta concepção geral².

Podemos captar alguns elementos gerais do que Marx pensa a respeito das classes: em primeiro lugar, a formação das classes não depende da vontade dos homens, mas é resultado do desenvolvimento das forças produtivas.

Em segundo lugar, pode-se interpretar que o desenvolvimento das forças produtivas, responsável pela própria formação das classes e, conseqüentemente, do Estado, passou por etapas (modos de produção).

Em terceiro lugar, sempre houve uma classe exploradora e uma classe explorada, e essa relação de exploração e subordinação constitui o motor da história do desenvolvimento capitalista, constitui a base sobre a qual se ergue toda a superestrutura jurídica, política, ideológica etc.

2.1 O ESTADO E SEU PAPEL NO BRASIL

No Brasil, o Estado passou por muitas revoluções para apresentar-se na forma que o conhecemos hoje.

A partir dos anos 50, processou-se uma revolução nacional, que foi culminada pelo desenvolvimento interno desigual e a dominação imperialista externa que era imposta ao país. Essa revolução trouxe até o país o que se pode chamar de Estado capitalista moderno, que se constatou ser a forma típica, autocrática e sincrética do Estado capitalista nacional brasileiro. (DRAIBE, 1985, p.14).

A partir daí houve uma modernização e o Estado, nos movimentos de sua constituição, avançou, sob formas particulares modificando suas formas sociais e políticas realizando uma revolução burguesa, transformando tanto a sociedade como a economia nacional.

² Aron elaborou sete itens para a interpretação dessa passagem de Marx. No entanto, como Aron procura uma interpretação sociológica do texto, decidi fazer eu mesma a minha interpretação pessoal aqui.

O Estado vai se construindo e se mostrando cada vez mais presente no desenvolvimento econômico e social do país.

Segundo Fernando Cardoso de Mello, citado por Draibe (1985, p. 15) uma revolução Burguesa tem uma relação com o passado, que no Brasil refere-se à questão agrária e a forte estrutura fundiária existente tornando o país um provedor de matéria-prima para o aparelho industrial. O presente refere-se à transformação determinantes às questões relativas aos conflitos entre os burgueses, que tornariam possíveis a mudança e evolução social e econômica. E o futuro, que vai expressar na questão do proletário, onde as relações entre os setores dominantes e as classes dominadas emergiram. O Estado estaria presentes nessas relações mostrando-se como poder unificador, centralizador, provedor de mudanças para a melhoria e interesse de toda a nação.

Nas décadas de 30 a 60, pode-se constatar um movimento de industrialização, onde o Estado passa por uma transformação, assumindo a forma de Estado de transição. Nesse período, o Estado teve um forte papel interventor, e através dele o desenvolvimento do país se deu de forma mais ágil e rápida, no sentido do crescimento industrial:

“De uma outra a outra fase da industrialização, com autonomia, força e capacidade de iniciativa, o Estado Brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados, e tornou-se ele próprio produtor e empresário, através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, através de seus aparelhos e instrumentos, controlou e se imiscuiu até o âmago da acumulação capitalista. Do ponto de vista social e político, regulou as relações sociais, absorveu no interior de suas estruturas os interesses sociais e se transformou numa arena de conflitos, todos eles 'politizados', mediados e arbitrados pelos seus agentes.” (DRAIBE, 1985, p. 20)

Após o estado ter passado pela fase de Estado de transformação, segue-se como o Estado de compromisso, Seus adjetivos o condecoram com um tipo particular de Estado, dotado de uma especial autonomia política que revela a sua natureza social, onde ampliam-se as políticas de massa que justificam-se em torno de um 'interesse nacional': (DRAIBE, 1985, p.22)

“... o 'Estado de compromisso' expressa a ausência de hegemonia de qualquer um dos grupos dominantes e exerce o papel de árbitro entre esses interesses, respondendo por uma solução de compromisso e equilíbrio. A fonte de sua legitimidade são as massas populares urbanas e ela se estabelece por mecanismos especificamente políticos de manipulação e auto-esforço que configuram, ao final, uma democracia de massas cujo traço distintivo, em última instância, é o Estado mostrar-se de forma direta,

sem mediações, a todos os cidadãos e de, numa dinâmica própria, absorver e concentrar em si as possibilidades de mudança estruturais.”

Dessa maneira, tentamos reconstituir, historicamente, a estruturação do aparelho econômico estatal, e postura do Estado perante os planos alternativos concebidos para o avanço da industrialização, importante para o estabelecimento do processo de constituição do capitalismo no Brasil.

Ainda na década de 60 o Estado convivia com várias crises e indefinições políticas que afetaram diretamente a economia e a ordem de Estado. Mesmo assim o Estado continuava com cunho intervencionista, em detrimento à nacionalização e política de massas, como no mostra Abreu (1990 p. 200): “O Presidente comprometeu-se com a realização da reforma agrária com mudança do princípio constitucional que determinava que a indenização de terras desapropriadas fosse feita em dinheiro...”

Ao fim dos anos 60 e início dos anos 70, o Estado mostra uma postura de estatização como política desenvolvimentista e centralizadora dos poderes do Estado, bens oferecidos a população eram oferecidos diretamente pelo Estado, através de estatais mantidas e administradas pelo governo: “De fato o aumento das estatais também derivou do 'crescimento na escala e extensão a nível nacional dos monopólios estatais de eletricidade, telecomunicações e outras áreas da infra estrutura...” (LAGO, 1990, p. 269). O Estado encontrava-se na posição de subsidiar o crescimento privado através de incentivos, tornando o setor privado cada vez mais dependente de financiamento, levando o Estado ao endividamento para com o exterior.

Os anos 80, conhecidos por década perdida, tiveram diminuído o papel do Estado como interventor e provedor de desenvolvimento econômico. Em parte, essa diminuição se deu pela perda da capacidade de poupança e de investimento, pois o endividamento realizado nas décadas anteriores teve seu saldo aumentado pelas crises do petróleo nos anos 70. Os poderes do Estado ainda tentaram políticas macroeconômicas para o desenvolvimento, porém não obtiveram êxito. Desta forma, nesta década o papel do Estado foi, de certa forma, retracionista, pois além de não conseguir estimular o desenvolvimento industrial, deixou de ter papel orientador, necessário à nação. (SUZIGAN, 1988).

3 O GOVERNO 2003-2006 E SUAS EXPECTATIVAS POLÍTICAS

O Partido dos Trabalhadores assumiu a presidência da república, em fato inédito no país, desde sua fundação. Esse fato repercutiu internacionalmente como uma mudança na democracia nacional, o povo, contrariando as regras de Poder, elegeu para sua representatividade um operário, um representante da classe explorada.

Em sua carta de princípios, o partido dos trabalhadores observava a necessidade de fazer com que as classes exploradas fossem representadas, de forma a combater a opressão e privilégio das classes dominantes. “O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem”. (Carta de Princípios, p.6).

Em seu discurso de posse, em 2003, o Presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, já mostrava o cunho social e voltado para as classes menos abastadas:

“É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRAS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana. “

O governo do PT utilizou-se de programas voltados para distribuição de renda e desmarginalização da população:

“Temos, também, que estar atentos para garantir que os instrumentos utilizados por nós atendam aos interesses da transformação mais radical. Afinal de contas, até mesmo o Banco Mundial tem indicado o Orçamento Participativo como um instrumento de planejamento; tem indicado também a Bolsa-Escola e uma série de outros instrumentos que compõem o chamado modo petista de governar e que têm sido utilizados em vários governos do PT. É com esse sentido que a maneira como esses projetos são desenvolvidos – menos a forma e mais o conteúdo – tem de ser pensada. Para a sua qualificação, a forma como realmente se expressa a democracia é fundamental.” (GÊNRO, 2001,p.27)

Já no Plano Plurianual 2004-2007 existe um forte apelo assistencialista, visando a melhoria de renda das camadas mais pobres da população. O Plano, apresentado no Anexo deste trabalho, é dividido em cinco partes:

I – Um novo Brasil é possível. Onde se descreve a iniciativa do governo para a melhoria econômica e social do país;

II – Do curto ao Longo Prazo. Determina-se ao longo do plano e suas estruturas o período de obtenção de resultados;

III – Princípio para a definição de prioridades. Onde são determinadas as prioridades de investimento.

IV – A dinâmica do crescimento por consumo de massa. Explica-se a dinâmica técnica e as estruturas dos investimentos a serem realizados.

V – A estratégia de desenvolvimento e suas dimensões: Uma síntese. Demonstra-se uma síntese do PPA e as dimensões dos investimentos a serem realizados.

Na apresentação da seção III, já se apresenta claramente o cunho social para com as classes mais pobres da população:

“Para assegurar o máximo crescimento possível com redução das desigualdades sociais, num contexto de consolidação da estabilidade econômica, além de uma gestão eficiente das políticas fiscal e monetária, a definição de prioridades deve ter como base um conjunto de princípios, entre os quais se destacam os associados a políticas de investimento, do setor externo e do combate às desigualdades regionais e sociais”.

Este cunho social se apresenta por todo o Plano Plurianual (PPA) 2004/2007, ITEM III:

“41 - Em particular, é preciso dar ênfase aos programas que - além de transferir renda - contribuam para absorver os trabalhadores de menor qualificação, melhorando as condições do mercado de trabalho e os salários para estes trabalhadores - reforçando assim o objetivo de melhorar a distribuição de renda”.

Já na V parte do Plano, encontra-se a estratégia de desenvolvimento, e a apresentação dos objetivos das políticas, explicando-se a iniciativa social:

“51. Conforme assinalado, o PPA 2004-2007 terá como norte a seguinte estratégia de longo prazo: inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e emprego, desenvolvimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade, e viabilizado pela expansão competitiva das atividades que superem a vulnerabilidade externa”.

Desta forma, apresentamos as estruturas e o viés do governo de 2003-2006. A partir do capítulo seguinte faremos a análise dos resultados dos programas apresentados, respondendo a questão central do estudo.

4 CLASSES SOCIAIS NO BRASIL – EVOLUÇÃO 2003/2006

Inspirada nas descrições de Classes sociais apresentadas anteriormente nesse trabalho e a descrição do governo no período estudado procuramos desenvolver uma estrutura equivalente para o Brasil, levando em conta as possibilidades oferecidas pelas estatísticas domiciliares do IBGE, a pesquisa no período de 2002 a 2006 e também o índice de Gini, e desta forma, responder a pergunta deste trabalho: O governo Lula, foi um governo de classes?

Nesta tabela mostra-se a evolução do rendimento per capita no período de transição e também do primeiro mandato de Lula, esses números representam a porcentagem de pessoas que recebem a renda descrita abaixo:

TABELA 1 - RENDIMENTO DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE NO BRASIL - 2002/2006

Ano	Sem Rendimentos	Até 1 sal. min.	Mais de 1 a 2 sal. min.	Mais de 2 a 3 sal. min.	Mais de 3 a 5 sal. min.	Mais de 5 a 10 sal. Min.	Mais de 10 a 20 sal. min	Mais de 20 sal. Min.
2002	36,6	21,8	17,2	8,2	7,0	5,2	2,1	1,0
2003	35,7	23,0	17,1	8,6	7,1	4,6	2,1	0,9
2004	34,2	23,1	19,2	7,2	7,7	4,9	2,0	0,8
2005	33,8	25,0	19,4	7,3	6,9	4,5	1,7	0,7
2006	32,5	25,6	20,5	7,7	5,8	4,7	1,6	0,6

FONTE: PNAD, IBGE 2002/2007. ELABORAÇÃO PRÓPRIA. ORIGINAIS NO ANEXO

Houve uma queda significativa da parcela da população que não possuía renda a partir do ano de 2003. Em 2002 a parcela da população que não tinha nenhum tipo de rendimento era de 36,6% e passou em 2006 para 32,5%. Esse ganho de renda surgiu imediatamente nas estatísticas de quem recebia até 01 salário mínimo, já que a porcentagem incluída nessa faixa cresceu de 21,8% em

2002 para 25,6 % em 2006. A parcela da população que recebia entre 1 e 2 salários mínimos também teve acréscimo no período de 2002 a 2006, de 17,2% para 20,5%.

A população com faixa de rendimento média/alta sofreu uma queda a partir do ano de 2002. A renda que varia entre 02 e 03 salários mínimos passou de 8,2 % da população para 7,7%. Já a parcela da população que recebia entre 3 e 5 salários caiu de 7,0% em 2002 para 5,8% em 2006. A renda que varia entre 5 e 10 salários diminuiu de 5,2% para 4,7 % no período, para a população que recebia renda entre 10 e 20 salários mínimos a queda foi de 2,1% em 2002 para 1,6% em 2006. A população que obtinha ganhos maiores a 20 salários mínimos caiu de 1,0 % em 2002 para 0,6% em 2006.

Através da tabela acima podemos concluir que houve um ganho de renda para a população mais carente do país, enquanto a população de classe média/alta, que representa uma fatia menor no país, teve decréscimos em sua renda.

Quanto à distribuição de renda nesse período podemos analisar a tabela abaixo:

TABELA 2 – ÍNDICE DE GINI PARA O BRASIL – 2002/2006

Ano	Brasil	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
2002	0,573	0,551	0,576	0,552	0,536	0,591
2003	0,566	0,534	0,570	0,543	0,535	0,568
2004	0,559	0,525	0,571	0,533	0,530	0,570
2005	0,552	0,509	0,551	0,534	0,519	0,564
2006	0,547	0,508	0,556	0,529	0,510	0,558

FONTE: PNAD, IBGE 2002/2007.

O índice apresentado refere-se à concentração da renda, quanto mais próximo de 1 mais concentrada mostra-se a renda avaliada, de acordo com a metodologia do IBGE.

Dessa forma podemos avaliar que a população mais pobre obteve um ganho através da redistribuição que houve no período de 2002 a 2006, já na totalidade do país houve uma diminuição da concentração de 0,573 para 0,547.

Essa diminuição foi fruto de políticas inclusivas do governo demonstradas no capítulo anterior, políticas estruturadas no Plano de governo.

5 RESULTADOS GERAIS

A que resultados podemos chegar quando expomos os conceitos de Estado e Classe na teoria marxista, depois sobre o papel do Estado no Brasil, para em seguida fazer uma avaliação das políticas do Governo Lula?

Consideremos o texto de Claus Offe, citado na introdução. Segundo o autor, a coexistência de capitalismo e democracia só foi possível com a existência de dois elementos “conciliadores”: o welfare state keynesiano e a competição partidária de massas. (OFFE, 1984, p. 360).

À luz do texto de Offe, podemos fazer a nossa própria interpretação das políticas sociais do primeiro governo Lula. Em primeiro lugar, o presidente, um clássico representante do proletariado³, foi eleito democraticamente. Por que, então, não houve a revolução do proletariado, temor dos autores do século XIX, segundo Offe?

Iniciemos a discussão partindo do welfare state keynesiano. Para Offe (idem, p. 372), o acordo representou, para a classe operária, aceitação da lógica do lucro das empresas e, para os capitalistas, a aceitação da garantia de padrões mínimos de vida:

“Isto que dizer que cada classe tem que levar em consideração os interesses da outra classe: os operários, a lucratividade, porque somente um nível de lucro e de investimento razoável garantirá o emprego futuro e o aumento da renda, e os capitalistas, os salários e as despesas do welfare state, porque são eles que garantirão uma demanda efetiva e uma classe operária saudável, bem treinada, sem problemas de moradia e feliz.” (OFFE, 1984, p.373).

Em maior ou menor grau, apesar da implantação de políticas neoliberais a partir do início da década de oitenta do século passado, o welfare state continua presente no Brasil, como nos mostra Medeiros (2001, p. 21)

“A partir da década de 1990, o Welfare State brasileiro passa por diversas mudanças de caráter organizacional. Não é possível ainda avaliar se essas mudanças têm impacto positivo sobre os produtos das políticas sociais. Mudanças institucionais implicam custos e é possível que, em um contexto de pressões para cortes nos gastos do governo, o preço do ajuste da máquina do Estado à nova configuração das políticas sociais seja, a curto prazo, maior do que os benefícios auferidos. Até o momento, não é possível

³ Sendo um metalúrgico por profissão oficial, o presidente se enquadra na representação clássica de proletariado, pois trabalha diretamente no processo produtivo, transforma valor e gera mais-valia, de acordo com Marx.

afirmar que as mudanças na estrutura institucional das políticas sociais no Brasil ocorridas ao longo da década de 1990 resultarão, necessariamente, em um modelo de Welfare State efetivamente mais distributivo."

A grande carga tributária presente para a promoção de políticas assistencialistas, e não a substituição da iniciativa privada pela esfera estatal na produção de bens de consumo mostram que a política brasileira tendeu mais ao welfare state que ao socialismo. Essa carga tributária pesada foi defendida por Lula para a continuidade dos programas sociais em encontro realizado junto ao empresariado nacional: "Lula explicou que neste momento o Brasil precisa dessa carga tributária em razão dos programas sociais, que é onde o Governo põe mais ênfase", disse o presidente do grupo Votorantim, José Roberto Ermirio de Moraes, em entrevista⁴.

Mas em que medida a simples existência do welfare state explica a não-revolução por parte do governo Lula? Na verdade não explica, pois não haveria uma explicação econômica para tal.

No entanto, pisando no território da Ciência Política Claus Offe cita a competição partidária de massas como elemento unificador da democracia e do capitalismo, Offe (1984, p. 359).

"... a democracia não está atada ao capitalismo, e sim o capitalismo à democracia. Ambas as perspectivas negam a existência de grandes tensões ou de incompatibilidade dentre a democracia de massa e a economia de mercado."

Politicamente, Offe explica que o welfare state também pode amenizar os conflitos de classes, pois ele desempenha algumas funções cruciais, tais como remover algumas das necessidades de classes e do conflito industrial. O welfare state provém os meios de atender as necessidades de forma mais coletiva, portanto, de forma mais eficiente. (OFFE, 1984, p. 374).

Ainda podemos explicar o fato da não revolução do governo Lula, pela tabela 2, onde se apresenta o índice de Gini, pois, se houvesse revolução social este índice apresentaria seu número igual a zero, como forma de toda a renda ter sido distribuída igualmente no país.

⁴ Entrevista realizada em 24/10/2007 e retirada do site: <http://economia.uol.com.br/ultnot/efe/2007/10/24/ult1767u105948.jhtm> em out. 2008.

6 CONCLUSÃO

Através da apresentação de teorias que explicitam a formação dos conceitos de classe e de Estado, pudemos analisar e escolher um conceito apresentado para responder a questão central do trabalho: O Governo Lula foi um governo de classes?

Questionamento de difícil resposta, se não dizer, ainda, sem resposta para a teoria econômica.

Para tanto colocamos uma explicação teórica, realizada por Claus Offe, sobre o Welfare State e partidos políticos de massa como provedor de desenvolvimento social, auxiliando no entendimento da não revolução do governo Lula.

Com os dados expostos pudemos avaliar que o Brasil desenvolveu-se socialmente no período analisado, houve ganho de renda para a população mais pobre, gerando assim uma sociedade menos desigual, pois o índice de concentração de renda diminuiu.

Quanto à pergunta inicial, O Governo Lula foi um governo de classes? A conclusão que chegamos foi a de que não foi um governo de classes, pois representou todas as classes, ou seja, foi um governo representado pelo Estado de Bem Estar (Welfare State). Chegando ao ponto do objetivo deste trabalho, que era expor a teoria de Welfare State, e expondo o Governo Lula como um governo não representado pelas teorias marxistas, e sim, mais próximo da teoria de Clauss Offe, aqui apresentada.

Explicar o fato do Governo 2003/2007 ter sido regido pelo Welfare State somente a ciência política poderia fazê-lo, questão essa, que não estava no objetivo desta pesquisa. Deixo-a em aberto para que outros possa, á luz da teoria política, respondê-la.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. (organizador), **A Ordem do Progresso – Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Ed. Campus. Brasil.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- CHAIA, Vera. **Eleições no Brasil: o medo como estratégia política**. In Rubim, A.A. (org.). 2004. **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo, Hacker Editores.
- Comissão Nacional Provisória. PT, **Carta de Princípios, 1979**. Visitado em 02 nov. Disponível em: www.pt.org.br/portalpt/images/stories/arquivos/cartadeprincipios.pdf
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização o Brasil 1930 – 1960**. 1985. Ed. Paz e Terra.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2000. Ed. Escala.
- GENRO, Tarso. **Instituições Políticas no Socialismo**, 2001. Ed. Fundação Perseu Abramo
- HOBBS, Thomas. – **Leviatã, capítulo 17** visitado em, 24 out. Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/teoria/leviata_17cap.html
- MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa, Anante, 1997. Transcrição em HTML autorizado pela editora. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm> Acesso em 15 out 2008.
- MAQUIAVEL, Nicolau, “**O Príncipe**”. 2008, Golden Books.
- MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990**. Visitado em 01 nov. <www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0852.pdf>
- MILIBAND, R. Estado. In: Bottomore, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- NOVELLI, José M. N., **A continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e o governo Lula: Uma abordagem sócio-política**. 2008. Visitado em 06 nov. disponível em:

https://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/cm5/com/MI5_Eco_Novelli.doc

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. 1984. Ed. Tempo Brasileiro.

Plano Plurianual 2004-2007. Visitado em 01 out. Disponível em:
<http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp?cod=5>

POULANTZAS, Nico. **Sociologia**. 1973. Ed. Ática.

SILVA, Luís I. da. **Discurso da vitória**. 27 Outubro de 2002. Visitado em 15 out.
Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41590.shtml>

SILVA, Luís I. da. **Discurso de Posse**. 01 Janeiro de 2003. Visitado em 25 out.
Disponível em:

http://www.sfiec.org.br/artigos/temas/discurso_de_posse_do_presidente_Luiz_Inacio_Lula_da_Silva.html

SUZIGAN, Wilson. **Estado e industrialização, 1988**. Visitado em 30 out. disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/32-1.pdf>

WEFFORT, Francisco (org.), **“Os clássicos da política”**. 13ª ed., S. Paulo, Ática, 2000. Volume I

ANEXO I

TABELA 3 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES - 2002

Classes de Rendimento	Brasil	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Total	100	100	100	100	100	100
Até 1 sal. min.	21,8	23,7	34,6	15,3	17,1	20,1
Mais de 1 a 2 sal. min.	17,2	16,7	14,1	18,0	20,4	18,7
Mais de 2 a 3 sal. min.	8,2	7,0	4,1	10,0	10,4	8,4
Mais de 3 a 5 sal. min.	7,0	5,0	3,2	9,0	8,8	6,7
Mais de 5 a 10 sal. min.	5,2	4,1	2,2	6,9	6,2	5,3
Mais de 10 a 20 sal. min.	2,1	1,4	0,9	2,8	2,5	2,7
Mais de 20 sal. min.	1,0	0,6	0,5	1,4	1,1	1,5
Sem rendimento	36,6	41,2	39,8	35,4	33,0	36,1
Sem declaração	0,8	0,4	0,6	1,2	0,6	0,6

TABELA 4 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES - 2003

Classes de Rendimento	Brasil	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Total	100	100	100	100	100	100
Até 1 sal. min.	23,0	25,4	37,4	16,2	17,2	20,2
Mais de 1 a 2 sal. min.	17,1	17,4	13,5	17,9	20,3	18,6
Mais de 2 a 3 sal. min.	8,6	7,0	4,2	10,6	11,2	8,9
Mais de 3 a 5 sal. min.	7,1	5,3	3,3	9,1	9,2	7,1
Mais de 5 a 10 sal. min.	4,6	3,2	1,9	6,0	5,9	4,8
Mais de 10 a 20 sal. min.	2,1	1,2	0,9	2,7	2,5	2,6
Mais de 20 sal. min.	0,9	0,6	0,4	1,2	1,1	1,3
Sem rendimento	35,7	39,2	37,9	35,0	32,1	36,0
Sem declaração	0,9	0,7	0,6	1,3	0,5	0,5

TABELA 5 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES. 2004.

Classes de Rendimento	Brasil	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Total	100	100	100	100	100	100
Até 1 sal. min.	23,1	24,5	37,2	16,5	17,5	19,4
Mais de 1 a 2 sal. min.	19,2	18,3	15,3	20,2	22,3	22,1
Mais de 2 a 3 sal. min.	7,2	5,9	3,6	8,8	9,5	7,6
Mais de 3 a 5 sal. min.	7,7	5,6	3,3	9,8	10,1	8,0
Mais de 5 a 10 sal. min.	4,9	3,2	2,1	6,3	6,5	5,2
Mais de 10 a 20 sal. min.	2,0	1,1	0,9	2,6	2,5	2,5
Mais de 20 sal. min.	0,8	0,4	0,4	0,9	0,9	1,2
Sem rendimento	34,2	40,5	36,6	33,0	30,1	33,7
Sem declaração	1,0	0,4	0,7	1,7	0,5	0,3

TABELA 6 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES. 2005

Classes de Rendimento	Brasil	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Total	100	100	100	100	100	100
Até 1 sal. min.	25,0	26,7	38,8	18,7	19,1	22,1
Mais de 1 a 2 sal. min.	19,4	18,7	14,5	21,2	22,9	21,0
Mais de 2 a 3 sal. min.	7,3	5,9	3,6	9,1	9,6	7,3
Mais de 3 a 5 sal. min.	6,9	4,8	2,9	8,9	9,0	6,7
Mais de 5 a 10 sal. min.	4,5	2,7	2,0	5,7	6,0	5,1
Mais de 10 a 20 sal. min.	1,7	0,9	0,8	2,2	2,1	2,1
Mais de 20 sal. min.	0,7	0,3	0,3	0,9	0,7	0,1
Sem rendimento	33,8	39,6	36,7	32,1	30,1	34,3

TABELA 7 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES - 2006

Classes de Rendimento	Brasil	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Total	100	100	100	100	100	100
Até 1 sal. min.	25,6	28,4	39,7	19,1	19,1	22,1
Mais de 1 a 2 sal. min.	20,5	19,6	15,0	22,6	24,5	22,1
Mais de 2 a 3 sal. min.	7,7	6,1	3,8	9,6	10,1	7,8
Mais de 3 a 5 sal. min.	5,8	3,8	2,6	7,4	7,8	5,6
Mais de 5 a 10 sal. min.	4,7	3,1	2,1	6,0	6,0	5,2
Mais de 10 a 20 sal. min.	1,6	0,9	0,7	2,1	1,9	2,2
Mais de 20 sal. min.	0,6	0,3	0,3	0,8	0,7	0,9
Sem rendimento	32,5	38,6	35,2	30,7	29,4	32,8

PPA – 2004/2007.

ANEXO II

Políticas sociais e consistência do modelo:

36. Nos primeiros anos de implementação do PPA, a elevação necessária do investimento sem aumento do déficit em conta corrente em proporção do PIB resultará na redução do consumo total em proporção do PIB. Em outras palavras, a taxa de crescimento do consumo terá de ser algo inferior à taxa de expansão do PIB. É importante salientar, porém, que isto não significa limitar da mesma maneira a elevação do consumo das classes mais pobres da população, que poderá crescer mais rapidamente que o PIB. A definição de políticas voltadas à expansão da renda e do consumo dos mais pobres a um ritmo superior ao do crescimento da renda e do consumo dos mais ricos é dos pontos centrais da agenda do novo governo. Uma vez atingida a estabilização do investimento e do saldo comercial, em proporção do PIB, em níveis compatíveis com o crescimento sustentado, o espaço macroeconômico para a expansão do consumo de todas as classes sociais amplia-se e se fortalece a oportunidade para a rápida expansão do consumo popular.

37. Sem deixar de reconhecer que entre os principais determinantes da melhora da distribuição de renda no longo prazo estão a instrução e o grau de qualificação dos trabalhadores, há uma série de outros instrumentos disponíveis para viabilizar um aumento mais que proporcional da renda e do consumo da população mais pobre, já no curto e médio prazo, tais como: ampliação de programas de transferência de renda para a parcela mais pobre da população; aumento da progressividade da estrutura tributária; redução dos preços de bens e serviços essenciais, por meio de medidas tributárias e diferenciação das tarifas de serviços públicos; medidas de estímulo à concorrência, voltadas à repressão de atitudes monopolistas e ao repasse dos benefícios aos consumidores; estímulos à desconcentração da propriedade, em particular com a reforma agrária e o acesso dos mais pobres à moradia de qualidade; medidas voltadas à ampliação da poupança da parcela mais abastada da população mediante, por exemplo, o estímulo à formação de fundos de pensão; e medidas voltadas à absorção de trabalhadores menos qualificados, no campo e na cidade, reduzindo a pressão sobre o mercado de trabalho do contingente excessivo de trabalhadores de baixa qualificação e viabilizando uma maior expansão dos salários desses trabalhadores no mercado.

38. Várias iniciativas já estão sendo adotadas para um aumento mais que proporcional da renda e do consumo dos mais pobres, mas é inegável que ainda há muito a ser feito. Entre essas iniciativas destacam-se o Programa Fome Zero, a reforma previdenciária - que reduz as transferências do setor público para a parcela da população de renda mais elevada -, a desoneração do ICMS da cesta básica e o aumento da progressividade do imposto sobre heranças e doações, ambas medidas incluídas na reforma tributária.

39. A própria redução da taxa real de juros - que será viabilizada pela consolidação da estabilidade - terá efeitos positivos sobre a distribuição de renda, pois são apenas os mais ricos que têm aplicações financeiras e se beneficiam do pagamento de juros pelo governo. Assim, a redução dos juros também contribuirá para o objetivo de restringir o ritmo de expansão da renda e do consumo dos mais ricos para dar espaço ao aumento do consumo da camada menos favorecida da população.

40. Finalmente, é preciso reconhecer que - por causa das restrições à ampliação das despesas nos próximos anos e pela necessidade de ampliar os investimentos públicos - os recursos para a expansão dos programas de transferência de renda e de subsídios aos mais pobres também são limitados. É exatamente por causa destas limitações que é necessário avaliar custos e benefícios dos diferentes programas, dando prioridade àqueles que tragam melhores resultados em termos do objetivo de reduzir as desigualdades sociais.

41. Em particular, é preciso dar ênfase aos programas que - além de transferir renda - contribuam para absorver os trabalhadores de menor qualificação, melhorando as condições do mercado de trabalho e os salários para estes trabalhadores - reforçando assim o objetivo de melhorar a distribuição de renda. Mesmo num contexto marcado por restrições, a eleição clara de prioridades e a gestão coordenada das mudanças institucionais e das políticas públicas poderão pavimentar o caminho para a consolidação de um ciclo virtuoso com base na expansão do consumo de massa - que tem efeitos benéficos sobre a competitividade e a produtividade da economia - e no aumento equilibrado da demanda e da capacidade produtiva da economia.”

A ênfase social deste programa é explícita, principalmente ao que tange a redistribuição e complementação de renda, visando uma melhoria de bem estar da comunidade mais pobre.

Através desse ganho de bem estar e aumento de renda o Plano visa o desenvolvimento através do consumo, como demonstra o item V demonstrado abaixo:

ANEXO III

A dinâmica do crescimento por consumo

42. No longo prazo, objetiva-se com o PPA 2004-2007 inaugurar um processo de crescimento pela expansão do mercado de consumo de massa e com base na incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor das empresas modernas. O modelo é viável, já que está inscrito na lógica de operação da economia brasileira: toda vez que ocorre aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, o que se amplia é a demanda por bens e serviços produzidos pela estrutura produtiva moderna da economia (alimentos processados, vestuário e calçados, artigos de higiene e limpeza, produtos farmacêuticos, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de construção, mobiliário, serviços de supermercados, serviços de transporte, de energia elétrica, de telefonia, de entretenimento).

43. O crescimento via consumo de massa sustenta-se em grandes ganhos de produtividade, associados ao tamanho do mercado interno; aos ganhos de eficiência por escala derivados da conquista de mercados externos resultantes dos benefícios da escala doméstica; e aos ganhos derivados do processo de aprendizado e de inovação que acompanham os investimentos em expansão da produção de bens de consumo de massa pelos setores modernos.

44. Com os ganhos de produtividade, gera-se o excedente que, em princípio, pode transmitir-se a maiores rendimentos das famílias trabalhadoras, por meio da redução nos preços dos bens e serviços de consumo de massa, da elevação salarial e da elevação da arrecadação fiscal que pode ser destinada a gastos sociais.

45. Se os mecanismos de transmissão do aumento de produtividade ao poder aquisitivo das famílias trabalhadoras funcionarem a contento, pode-se estabelecer o seguinte círculo virtuoso: aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras/ampliação da base de consumo de massa/investimentos/aumento da

produtividade e da competitividade/aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras - ou, em resumo, um círculo virtuoso entre rendimentos das famílias trabalhadoras e investimento. O Brasil é um dos poucos países do mundo que dispõe de condições para crescer por essa estratégia, devido ao tamanho de seu mercado consumidor potencial.

46. Uma das virtudes do modelo de crescimento por consumo de massa é seu efeito positivo sobre o balanço de pagamentos, devido ao impacto dos ganhos de produtividade sobre a competitividade tanto das exportações quanto da produção para o mercado interno que compete com importações. O balanço de pagamentos poderá beneficiar-se também pelo fato de que, devido ao peso de alimentos, construção residencial, saúde e escola em seu orçamento familiar, a cesta de consumo das famílias de menor renda é relativamente pouco intensiva em importações. Não menos importante, as oportunidades de especialização produtiva na direção do consumo popular conferirão às empresas no Brasil o promissor caminho de inovação tecnológica dado pela produção em alta escala de bens que conjugam boa qualidade e baixo preço, tendo efeitos positivos sobre as exportações por meio do aproveitamento de oportunidades em importantes mercados internacionais.

47. A estratégia baseia-se no reconhecimento de que a transmissão de produtividade a rendimentos do trabalhador dificilmente se verificará sem políticas de emprego, de inclusão social e de redistribuição de renda. A principal razão é que, mesmo em condições de rápido crescimento, tende a haver insuficiente criação de emprego, devido ao fato de que os setores modernos, na atual era tecnológica, são pouco intensivos em mão-de-obra. Nem mesmo um crescimento muito acelerado da economia garante uma absorção satisfatória do enorme contingente de mão-de-obra desempregada e subempregada, em particular da menos qualificada. Isso se soma à tendência perversa de expulsão de mão-de-obra da agricultura e conspira contra a eliminação do desemprego e do subemprego - e, conseqüentemente, contra a elevação salarial. A segmentação do mercado de trabalho, associada a baixos níveis de escolaridade e qualificação, tem implicado elevação de rendimentos apenas para os segmentos de maiores salários. Ou seja, a transmissão de produtividade a rendimentos dos trabalhadores permanece restrita a uma pequena parcela da força de trabalho.

48. A justificativa da necessidade de políticas de emprego, inclusão social e redistribuição como fortalecedoras da transmissão de produtividade a rendimentos das famílias trabalhadoras vai além do problema de escassez de postos de trabalho e inclui duas outras causas básicas: a) devido ao elevado grau de oligopolização da economia, os ganhos de produtividade não necessariamente se traduzem em queda de preços de bens de consumo popular; e b) a absorção, pelo Estado, de parte do excedente por meio de tributação não tem se traduzido em aumento da quantidade e da qualidade dos gastos sociais essenciais.

49. O círculo virtuoso entre investimento e consumo, originado no aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, depende da elevação dos salários reais e demais rendimentos diretos e indiretos por elas auferidos. A escassez de postos de trabalho e as demais falhas nos mecanismos de transmissão de aumento de produtividade a rendimentos dos trabalhadores significam, para o funcionamento do referido círculo, a necessidade de que o governo pratique políticas sociais que compensem essas fragilidades. Por essa razão, as políticas de inclusão social e de redução das desigualdades, que têm como maior objetivo justiça social, são ao mesmo tempo indispensáveis à operação do modelo de consumo de massa.

50. As políticas sociais viabilizam o consumo popular ao aumentar o poder aquisitivo das famílias e reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra sobre o mercado de trabalho, favorecendo a transmissão dos aumentos de produtividade aos salários. Por exemplo: a) reforma agrária e fomento à agricultura familiar retêm mão-de-obra no campo e criam renda; b) Bolsa-Escola retém a criança na escola, reduz o trabalho infantil e aumenta a renda familiar; c) universalização da assistência aos idosos viabiliza seu descanso e os retira do mercado de trabalho, além de aumentar a renda familiar; d) micro-crédito dá suporte ao auto-emprego e a postos de trabalho em microempresas e cria emprego e renda; e) programas de acesso à moradia e à infra-estrutura e serviços sociais, como saneamento, transporte coletivo, educação e saúde são clássicos criadores de emprego e ampliam a renda familiar ao reduzir gastos como os de aluguel, remédio e escola; f) programa Fome Zero, elevação do salário mínimo e seguro-desemprego operam em favor do modelo de consumo de massa ao ampliar os rendimentos da família pobre e disponibilizar recursos para ampliação de seu consumo".

Ao aumentar a renda o Governo estaria estimulando o consumo, que por sua vez, estaria aumentando a produção gerando desenvolvimento nacional.

ANEXO IV

Dimensão Social

52. A dimensão social tem por objetivos a inclusão social e a redistribuição da renda. A estratégia de governo no âmbito social se rege pelo preceito de direitos fundamentais da cidadania e da garantia da universalização do acesso a serviços públicos essenciais, como a seguridade social (previdência, assistência e saúde) e a educação. Contém, também, o preceito de priorizar os setores mais vulneráveis da população, buscando a progressiva inclusão de mais de cinquenta milhões de brasileiros que vivem em condições de extrema precariedade, por meio de políticas que, sempre que possível, terão caráter estrutural (como é o caso de políticas de emprego e de educação, o microcrédito e o apoio à agricultura familiar) e, sempre que necessário, terão caráter emergencial. Será feito um detalhado trabalho de cadastramento das famílias beneficiadas, de maneira a garantir a complementaridade e evitar superposições entre os programas.

53. É ampla a agenda de políticas sociais que será implementada em diferentes âmbitos complementares:

- Ações necessárias para fortalecer os direitos aos serviços sociais, na direção do acesso universal e de qualidade a esses serviços: previdência, assistência, saúde, educação, capacitação, transporte coletivo, habitação, saneamento, segurança pública, cultura, esporte e lazer;
- Ações necessárias para fortalecer a geração de emprego e renda e melhorar as relações e condições de trabalho, como o apoio à agricultura familiar, à reforma agrária, ao microcrédito e reforma trabalhista;
- Ações dirigidas à população mais vulnerável, como o Fome Zero, a Bolsa-Escola e a Erradicação do Trabalho Infantil;
- Ações dirigidas à redução de preços dos bens de consumo popular, como remédios e alimentos;
- Políticas de redistribuição de renda, como elevação sistemática do salário mínimo, dos gastos sociais essenciais, redução do custo do crédito, especialmente das margens bancárias e subsídios cruzados nas tarifas de energia, água/esgoto e telecomunicações.

54. O social é o eixo do projeto de desenvolvimento. Os programas dirigidos à inclusão social e à redistribuição da renda são uma absoluta prioridade do Governo Federal, por três razões: primeiro, e fundamentalmente, porque promovem justiça social e ampliam o atendimento aos direitos fundamentais da cidadania; segundo, porque aumentam a eficiência da força de trabalho; e terceiro, porque fortalecem o aumento de produtividade e competitividade por meio do modelo de consumo de massa.

55. Um crescimento vigoroso é um elemento central para a inclusão social e a redistribuição de renda, na medida em que cria emprego - que é a via básica de inclusão -, aumenta a arrecadação pública e facilita a implantação de processos de redistribuição de renda. No entanto, o objetivo de justiça social faz da inclusão e da redistribuição da renda metas a ser tenazmente perseguida independentemente do ritmo de crescimento que venha a se realizar. Há de se estar atento também ao fato de que, como mostra a experiência brasileira, sem firme decisão política o crescimento não promove de forma adequada inclusão social e muito menos permite avanços na distribuição de renda.“